



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Detinha - PL/MA

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 6.179, DE 2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade da criação ou adaptação de uma sala reservada para atender crianças e adolescentes vítimas de violência em todos os Institutos Médico Legais do País.

Autor: Deputado MARX BELTRÃO

Relatora: Deputada DETINHA

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei mediante o qual se busca determinar a criação ou adaptação de salas reservadas para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência em todos os Institutos Médico-legais do país.

Ao justificar a medida, o nobre deputado Marx Beltrão destaca a necessidade de se preservar e proteger a imagem, a intimidade, a dignidade e a segurança das crianças e adolescentes vítimas de violência, tendo em vista que os Institutos Médico-Legais realizam perícias e exames em todos os tipos de crime, o que pode acabar por produzir situações nas quais os menores são expostos a cenas traumáticas e constrangedoras.

A Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado aprovou o projeto de lei.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

Compete à nossa Comissão o exame do mérito.

Apresentação: 11/11/2024 11:57:51.527 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 6179/2023

PRL n.1





II - VOTO DA RELATORA

Crianças e adolescentes são particularmente vulneráveis e devem ser tratados com respeito e sensibilidade. Salas reservadas garantem um ambiente onde sua dignidade e privacidade são preservadas, evitando exposição desnecessária.

Ambientes acolhedores, decorados de maneira amigável e equipados com recursos apropriados, podem ajudar a criar um espaço onde a criança e o adolescente se sintam mais seguros e confortáveis, contribuindo também para evitar a reexposição dos menores a situações que os façam lembrar da violência sofrida e agravar o estado emocional.

A iniciativa, portanto, é meritória e deve ser louvada. Faço apenas duas sugestões voltadas ao aprimoramento da proposta. Primeiro, acredito que se pode conferir prazo de 90 dias para entrada em vigor da norma a fim de se outorgar um período para criação e adaptação das salas. Vejo a medida como razoável, em especial ante a burocracia a ser frequentemente enfrentada para a realização de obras, ainda que pequenas, pela Administração Pública.

Em segundo lugar, penso que o objetivo almejado pelo projeto de lei será atendido de forma mais adequada, não por meio da criação de mais uma norma autônoma, mas mediante a alteração da Lei n 13.431, de 2017, que já estabelece o sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Nesta lei, já estão presentes os artigos destinados a estabelecer protocolos sobre a forma pela qual as crianças e adolescentes em situação de violência devem ser ouvidos perante autoridades policiais ou judiciárias. Conforme a norma, tanto a escuta especializada quanto o depoimento especial da criança e do adolescente devem ser realizados em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade da criança ou do adolescente vítima ou testemunha de violência.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada Detinha - PL/MA

Ainda segundo a Lei, cabe à autoridade tomar providências para evitar qualquer contato, ainda que visual, com o suposto autor, acusado ou qualquer pessoa que represente ameaça, coação ou constrangimento à criança ou adolescente. .

Mais, o art. 5º da Lei n 13.431, de 2017, já determina entre os direitos e garantias da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência o de ter a intimidade e as condições pessoais protegidas, o de receber assistência jurídica e psicossocial especializadas e o de ser resguardado e protegido de sofrimento.

O dispositivo voltado a estabelecer a criação de ambientes acolhedores, também nos Institutos Médico-legais, deve igualmente constar na Lei que trata do sistema de garantias de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.

Ante o exposto, meu voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 6.179, de 2023, na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

DETINHA
Deputada Federal
Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Detinha** - PL/MA

**COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL,
INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA**
SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.179, DE 2023

Altera a Lei nº 13.431, de 2017, para determinar a criação ou adaptação de sala reservada para atender crianças e adolescentes vítimas de violência nos Institutos Médico Legais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a Lei nº 13.431, de 2017, para determinar a criação ou adaptação de sala reservada para atender crianças e adolescentes vítimas de violência nos Institutos Médico Legais.

Art. 2º A Lei nº 13.431, de 2017, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 12-A.

Art. 12-A. Os exames e perícias realizados com criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência serão realizados com base em protocolo similar ao previsto para o depoimento especial, competindo à autoridade policial ou ao auxiliar da justiça, entre outras medidas, realiza-lo em local apropriado e acolhedor, com infraestrutura e espaço físico que garantam a privacidade.

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

DETINHA
Deputada Federal
Relatora

